

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 6/2015

de 12 de janeiro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b) da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Dubrovnik, a 4 de outubro de 2013, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 3/2015, em 3 de outubro de 2014.

Assinado em 5 de janeiro de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de janeiro de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

Decreto do Presidente da República n.º 7/2015

de 12 de janeiro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b) da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção do Trabalho Marítimo, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.ª Sessão, em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/2015, em 21 de novembro de 2014.

Assinado em 5 de janeiro de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de janeiro de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 3/2015

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Dubrovnik, em 4 de outubro de 2013.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Dubrovnik, a 4 de outubro de 2013, cujos textos, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, croata e inglesa, se publicam em anexo.

Aprovada em 3 de outubro de 2014.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício, *Guilherme Silva*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA CROÁCIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

A República Portuguesa e a República da Croácia, desejando celebrar uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordam no seguinte:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

A presente Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — A presente Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos em benefício de um Estado Contratante, ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou das suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua cobrança.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento todos os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre elementos do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos vencimentos ou salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que a presente Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) Em Portugal:

- (i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- (ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- (iii) As derramas;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»).

b) Na Croácia:

- (i) O imposto sobre os lucros;
- (ii) O imposto sobre o rendimento;
- (iii) O imposto local sobre o rendimento e qualquer imposto adicional incidente sobre qualquer um destes impostos;

(a seguir referidos pela designação de «imposto croata»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou substancialmente similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a crescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações significativas introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos da presente Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

a) O termo «Portugal» significa o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e Madeira, incluindo as suas águas interiores e o seu mar territorial, bem como a plataforma continental e qualquer outro espaço onde o Estado português exerça direitos de soberania ou jurisdição, em conformidade com as normas do Direito Internacional;

b) O termo «Croácia» significa o território da República da Croácia e bem assim as zonas marítimas adjacentes aos limites externos do mar territorial, incluindo o seu leito do mar e o seu subsolo, relativamente aos quais a República da Croácia exerce os seus direitos de soberania e jurisdição em conformidade com o direito internacional e a legislação da República da Croácia;

c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam a Croácia ou Portugal, consoante resulte do contexto;

d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;

e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade tratada como pessoa colectiva para fins tributários;

f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;

h) A expressão «autoridade competente» significa:

i) Em Portugal, o Ministro das Finanças, o Director-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira ou os seus representantes autorizados;

ii) Na Croácia, o Ministro das Finanças ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional», relativamente a um Estado Contratante, designa:

i) Qualquer pessoa singular que tenha a nacionalidade desse Estado Contratante; e

ii) Qualquer pessoa colectiva, sociedade de pessoas ou associação constituída de harmonia com a legislação em vigor nesse Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante da legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos da presente Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e aplica-se igualmente a esse Estado e às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que esteja sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como se segue:

a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);

b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permaneça habitualmente;

c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados, ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que seja nacional;

d) Se for nacional de ambos os Estados, ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos da presente Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerce toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

a) Um local de direcção;

b) Uma sucursal;

c) Um escritório;

d) Uma fábrica;

e) Uma oficina, e

f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção ou um projecto de instalação ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder doze meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores do presente artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;

c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;

d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;

e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;

f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para celebrar contratos em nome da empresa, considera-se que esta empresa possui um estabelecimento estável nesse Estado, relativamente a quaisquer actividades que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades dessa pessoa se limitem às referidas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar essa instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, só por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação do rendimento

Artigo 6.º

Rendimentos de bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em

que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais. Os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — O disposto no n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados de bens mobiliários, ou aos rendimentos auferidos de serviços prestados em conexão com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários, que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante através de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante através de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável, é permitido deduzir os encargos suportados para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo os encargos de direcção e os encargos gerais de administração, suportados com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, o disposto no n.º 2 não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados no presente artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra, por esse estabelecimento estável, de bens ou de mercadorias para a empresa.

6 — Para efeitos dos números anteriores, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão determinados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos da presente Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas disposições do presente artigo.

Artigo 8.º

Transporte marítimo e aéreo

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou de aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considera-se que está situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

4 — Quando sociedades de países diferentes tenham acordado em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio ou de associação similar, o disposto no n.º 1 aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio ou da associação correspondente à participação detida nesse consórcio ou nessa associação por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

a) Uma empresa de um Estado Contratante participe, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou

b) As mesmas pessoas participem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados em conformidade.

2 — Quando um Estado Contratante inclua nos lucros de uma empresa desse Estado — e tribute nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada nesse outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituam lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado mencionado, se as condições estabelecidas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, esse outro Estado, se concordar que o ajustamento efectuado pelo primeiro Estado mencionado se

justifica tanto em termos de princípio como em termos do respectivo montante, procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos. Na determinação deste ajustamento serão tomadas em consideração as outras disposições da presente Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses dividendos podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá:

a) 5% do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efectivo for uma sociedade (com excepção de uma sociedade de pessoas) que detenha, directamente, pelo menos 10% do capital da sociedade que paga os dividendos;

b) 10% do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar estes limites.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos», usado no presente artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou de outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. O termo «dividendos» inclui também os lucros atribuídos nos termos de um acordo de participação nos lucros.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, através de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos sejam pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos esteja efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situado nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os

dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10% do montante bruto dos juros. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «juros», usado no presente artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de outros títulos de crédito, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos do presente artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros, através de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

6 — Quando, em virtude de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições do presente artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente continua a poder ser tributada de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e cujo beneficiário efectivo seja um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — No entanto, essas *royalties* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo das *royalties* for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10% do montante bruto das *royalties*. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*royalties*», usado no presente artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso, ou pela concessão do uso, de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties*, através de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as *royalties* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor seja um residente desse Estado Contratante. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tenha num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em ligação com o qual haja sido contraída a obrigação pela qual as *royalties* são pagas, e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* consideram-se provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

6 — Quando, em virtude de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou a informação pelos quais são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições do presente artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente continua a poder ser tributada de acordo com a legislação de cada Estado contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aquirir da alienação de bens imobiliários referidos no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente,

incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves explorados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves, só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de partes de capital ou direitos similares que retirem, directa ou indirectamente, mais de 50% do respectivo valor de bens imobiliários situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

5 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Neste último caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissão liberal» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º e 20.º, os salários, vencimentos e outras remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante são tributáveis exclusivamente no primeiro Estado mencionado se:

a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e

b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou por conta de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e

c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores do presente artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorado no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou do conselho fiscal, ou de outro órgão similar, de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Os rendimentos obtidos da actividade exercida pelos profissionais de espectáculos ou desportistas num Estado Contratante ficam isentos de imposto nesse Estado se a deslocação a esse Estado for financiada na totalidade ou na sua maior parte através de fundos públicos do outro Estado Contratante ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou das suas autarquias locais.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares pagos por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Contudo, os salários, vencimentos e outras remunerações similares são tributáveis exclusivamente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado que:

i) Seja seu nacional; ou

ii) Não se tenha tornado seu residente unicamente com o fim de prestar os ditos serviços.

2 — a) Não obstante o disposto no n.º 1, as pensões e outras remunerações similares pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Contudo, essas pensões e outras remunerações similares são tributáveis exclusivamente no outro Estado Contratante, se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos, pensões e outras remunerações similares pagos em consequência de serviços prestados em ligação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º

Professores e investigadores

1 — Uma pessoa que é, ou tenha sido, residente de um Estado Contratante imediatamente antes de se deslocar ao outro Estado Contratante, com vista unicamente a ensinar ou realizar investigação científica numa universidade, colégio, escola ou outra instituição similar de ensino ou de investigação científica, reconhecida como não tendo fins lucrativos pelo Governo desse outro Estado, ou no âmbito de um programa oficial de intercâmbio cultural, durante um período não superior a dois anos a contar da data da primeira chegada a esse outro Estado, está isenta de imposto nesse outro Estado pelas remunerações recebidas em consequência desse ensino ou investigação.

2 — Não é concedida qualquer isenção nos termos do disposto no n.º 1 relativamente às remunerações respeitantes a investigação se essa investigação não for realizada no interesse público, mas em benefício privado de uma determinada pessoa ou pessoas.

Artigo 21.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é, ou tenha sido, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante, e cuja permanência no primeiro Estado mencionado tenha como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação, receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação, não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores da presente Convenção, só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica aos rendimentos que não sejam rendimentos de bens imobiliários tal como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, se o beneficiário desses rendimentos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial, através de um estabelecimento estável nele

situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual os rendimentos são pagos, efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

CAPÍTULO IV

Eliminação da dupla tributação

Artigo 23.º

Eliminação da dupla tributação

1 — Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto na presente Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Quando, de acordo com o disposto na presente Convenção, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, esse Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre os restantes rendimentos desse residente, ter em conta os rendimentos isentos.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação, ou obrigação com ela conexas, diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem nas mesmas circunstâncias, em particular no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas, diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem nas mesmas circunstâncias, em particular no que se refere à residência.

3 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante quaisquer deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais, atribuídos em função do

estado civil ou encargos familiares, concedidos aos seus próprios residentes.

4 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 6 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, nas mesmas condições, como se tivessem sido pagos a um residente do primeiro Estado mencionado.

5 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a nenhuma tributação, ou obrigação com ela conexas, diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas empresas similares do primeiro Estado mencionado.

6 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto na presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à autoridade competente do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações que sejam previsivelmente relevantes para a aplicação das disposições da presente Convenção ou para a administração ou a aplicação das leis internas relativas aos impostos de qualquer natu-

reza ou denominação cobrados em benefício dos Estados Contratantes ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária à presente Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º

2 — As informações obtidas nos termos do n.º 1 por um Estado Contratante serão consideradas confidenciais do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas da liquidação ou cobrança dos impostos referidos no n.º 1, ou dos procedimentos declarativos ou executivos, ou das decisões de recursos, relativos a esses impostos, ou do seu controlo. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou em decisões judiciais.

3 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não poderá em caso algum ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou nas do outro Estado Contratante;

c) De transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

4 — Se forem solicitadas informações por um Estado Contratante em conformidade com o disposto no presente artigo, o outro Estado Contratante utilizará os poderes de que dispõe a fim de obter as informações solicitadas, mesmo que esse outro Estado não necessite de tais informações para os seus próprios fins fiscais. A obrigação constante da frase anterior está sujeita às limitações previstas no n.º 3, mas tais limitações não devem, em caso algum, ser interpretadas no sentido de permitir que um Estado Contratante se recuse a prestar tais informações pelo simples facto de estas não se revestirem de interesse para si, no âmbito interno.

5 — O disposto no n.º 3 não pode em caso algum ser interpretado no sentido de permitir que um Estado Contratante se recuse a prestar informações unicamente porque estas são detidas por um banco, outra instituição financeira, um mandatário ou por uma pessoa agindo na qualidade de agente ou fiduciário, ou porque essas informações são conexas com os direitos de propriedade de uma pessoa.

Artigo 27.º

Membros de missões diplomáticas e postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros de missões diplomáticas ou de postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 28.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção entrará em vigor 30 dias após a receção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos todos os requisitos do direito interno dos Estados Contratantes necessários para o efeito.

2 — As disposições da presente Convenção produzirão efeitos:

a) Em Portugal:

i) Quanto aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador ocorra em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

ii) Quanto aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

b) Na Croácia:

i) Quanto aos impostos devidos na fonte, relativamente aos rendimentos obtidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

ii) Quanto aos demais impostos sobre o rendimento, relativamente aos impostos exigíveis em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 29.º

Vigência e denúncia

1 — A presente Convenção permanecerá em vigor por um período de tempo indeterminado.

2 — Decorridos cinco anos da sua data de entrada em vigor, qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar a presente Convenção, mediante notificação por escrito e por via diplomática, até ao dia 30 de Junho de qualquer ano civil.

3 — Em caso de denúncia, a presente Convenção deixará de produzir efeitos:

a) Em Portugal:

i) Quanto aos impostos devidos na fonte, quando o facto gerador ocorra em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano especificado no referido aviso de denúncia;

ii) Quanto aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano especificado no referido aviso de denúncia;

b) Na Croácia:

i) Quanto aos impostos devidos na fonte, relativamente aos rendimentos obtidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano especificado no referido aviso de denúncia;

ii) Quanto aos demais impostos sobre o rendimento, relativamente aos impostos exigíveis em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano especificado no referido aviso de denúncia.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em Dubrovnik, aos 4 dias do mês de Outubro de 2013, em dois originais, nas línguas croata, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:

Bruno Mações, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Pela República da Croácia:

Joško Klisović, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus.

PROTOCOLO À CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA CROÁCIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

1 — *Ad* Artigo 18.º

Não obstante o disposto no artigo 18.º da Convenção, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior também podem ser tributadas no Estado Contratante de que provêm, se e na medida em que não forem tributadas no primeiro Estado mencionado.

2 — *Ad* Artigo 26.º

Os Estados Contratantes transmitem e processam os dados pessoais ao abrigo da presente Convenção em conformidade com o direito internacional e interno aplicável, e, bem assim, com a Convenção do Conselho da Europa para a Protecção das Pessoas relativamente ao tratamento Automatizado de dados de carácter pessoal, e Protocolo Adicional à Convenção 108 respeitante às autoridades de controlo e aos fluxos transfronteiriços de dados.

3 — Direito aos benefícios previstos na Convenção

Entende-se que as disposições da Convenção não serão interpretadas de modo a impedir a aplicação por um Estado Contratante das medidas anti-evasão previstas na respectiva legislação interna.

Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Dubrovnik, aos 4 dias do mês de Outubro de 2013, em dois originais, nas línguas croata, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:

Bruno Mações, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Pela República da Croácia:

Joško Klisović, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus.

KONVENCIJA IZMEĐU PORTUGALSKE REPUBLIKE I REPUBLIKE HRVATSKE O IZBJEGAVANJU DVOSTRUKOG OPOREZIVANJA I SPRJEČAVANJU IZBJEGAVANJA PLAĆANJA POREZA NA DOHODAK.

Portugalska Republika i Republika Hrvatska, želeći sklopiti Konvenciju o izbjegavanju dvostrukog oporezivanja i sprječavanju izbjegavanja plaćanja poreza na dohodak, sporazumjele su se kako slijedi:

POGLAVLJE I.

Doseg Konvencije

Članak 1.

Osobe na koje se primjenjuje konvencija

Ova Konvencija primjenjuje se na osobe koje su rezidenti jedne ili objiju država ugovornica.

Članak 2.

Porezi na koje se primjenjuje konvencija

1. Ova se Konvencija primjenjuje na poreze na dohodak koje je uvela jedna od država ugovornica ili njezine političke ili administrativne podjedinice ili njezine lokalne vlasti, neovisno o načinu na koji se ubiru.

2. Porezima na dohodak smatraju se svi porezi uvedeni na ukupni dohodak, ili na dijelove dohotka, uključujući poreze na dobitke od otuđenja pokretnina ili nekretnina, poreze na ukupne iznose nadnica ili plaća koje isplaćuju poduzeća, kao i poreze na porast vrijednosti imovine.

3. Postojeći porezi na koje se primjenjuje ova Konvencija su posebno:

a) u Portugalu:

(i) porez na dohodak fizičkih osoba (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);

(ii) porez na dobit pravnih osoba (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); i

(iii) prirezi na porez na dobit pravnih osoba (derramas);

(u daljnjem tekstu „portugalski porez“);

b) u Hrvatskoj:

(i) porez na dobit;

(ii) porez na dohodak;

(iii) prirez na porez na dohodak i svaki drugi dodatak koji se ubire na jedan od ovih poreza;

(u daljnjem tekstu „hrvatski porez“).

4. Konvencija se primjenjuje i na bilo koje iste ili bitno slične poreze koji se uvedu nakon datuma potpisivanja Konvencije uz ili umjesto postojećih poreza. Nadležna tijela država ugovornica obavještavaju jedno drugo o svim bitnim promjenama u njihovim poreznim propisima.

POGLAVLJE II.

Definicije

Članak 3.

Opće definicije

1. Za potrebe ove Konvencije, osim ako kontekst ne zahtijeva drukčije:

a) izraz „Portugal“ označava državno područje Portugalske Republike koje se nalazi na europskom kontinentu, arhipelagu Azore i Madeiru, uključujući njihovo teritorijalno more i unutarnje vode, kao i epikontinentalni pojas i svako drugo područje na kojem portugalska država vrši svoja suverena prava ili jurisdikciju u skladu s pravilima međunarodnog prava;

b) izraz „Hrvatska“ označava državno područje Republike Hrvatske, kao i ona područja mora koja se nastavljaju na vanjsku granicu teritorijalnog mora, uključujući morsko dno i podzemlje, na kojima Republika Hrvatska u skladu s međunarodnim pravom i propisima Republike Hrvatske vrši svoja suverena prava i jurisdikciju;

c) izrazi „država ugovornica“ i „druga država ugovornica“ označavaju, ovisno o kontekstu, Portugal ili Hrvatsku;

d) izraz „osoba“ uključuje fizičku osobu, društvo i bilo koju drugu skupinu osoba;

e) izraz „društvo“ označava svaku pravnu osobu ili drugi organizacijski oblik koji se u svrhe oporezivanja smatra pravnom osobom;

f) izrazi „poduzeće države ugovornice“ i „poduzeće druge države ugovornice“ označavaju poduzeće kojim upravlja rezident države ugovornice i poduzeće kojim upravlja rezident druge države ugovornice;

g) izraz „međunarodni promet“ označava svaki prijevoz brodom ili zrakoplovom koji obavlja poduzeće koje ima svoje stvarno mjesto uprave u državi ugovornici, osim ako se promet brodom ili zrakoplovom obavlja samo između mjesta u drugoj državi ugovornici;

h) izraz „nadležno tijelo“ označava:

(i) u Portugalu, ministra financija, ravnatelja poreznog i carinskog nadležnog tijela ili njihovog ovlaštenog predstavnika;

(ii) u Hrvatskoj, ministra financija ili njegovog ovlaštenog predstavnika;

i) izraz „državljanin“, u odnosu na državu ugovornicu, označava:

(i) svaku fizičku osobu koja ima državljanstvo države ugovornice; i

(ii) svaku pravnu osobu, partnerstvo ili udruženje koji svoj pravni položaj izvode iz propisa koji su na snazi u toj državi ugovornici.

2. U pogledu primjene Konvencije u bilo koje doba od strane države ugovornice svaki izraz koji nije njome određen, osim ako kontekst ne zahtijeva drukčije, ima značenje koje on u to doba ima prema pravu te države za potrebe poreza na koje se Konvencija primjenjuje, a svako značenje prema primjenjivim poreznim propisima te države prevladavat će nad značenjem koje je tom izrazu dodijeljeno prema drugim propisima te države.

Članak 4.

Rezident

1. Za potrebe ove Konvencije, izraz „rezident države ugovornice“ označava svaku osobu koja, prema propisima te države, u njoj podliježe oporezivanju na temelju svog prebivališta, boravišta, mjesta uprave ili bilo kojeg drugog obilježja slične naravi, i također uključuje tu državu i bilo koju njezinu političku ili administrativnu podjedinicu ili lokalnu vlast. Međutim, ovaj izraz ne uključuje bilo koju osobu koja u toj državi podliježe oporezivanju samo u pogledu dohotka iz izvora u toj državi.

2. Ako je zbog odredaba stavka 1. fizička osoba rezident obiju država ugovornica, tada se njezin pravni položaj određuje kako slijedi:

a) smatra se rezidentom samo one države u kojoj ima prebivalište koje mu je na raspolaganju; ako ima prebivalište koje mu je na raspolaganju u objema državama, smatra se rezidentom samo one države s kojom ima bliže osobne i gospodarske veze (središte životnih interesa);

b) ako se ne može odrediti država u kojoj ima središte životnih interesa, ili ako ni u jednoj državi nema prebivalište koje mu je na raspolaganju, smatra se rezidentom samo one države u kojoj ima uobičajeno boravište;

c) ako ima uobičajeno boravište u objema državama ili ga nema ni u jednoj od njih, smatra se rezidentom samo one države čiji je državljanin;

d) ako je državljanin obiju država ili niti jedne od njih, nadležna tijela država ugovornica rješavaju pitanje zajedničkim dogovorom.

3. Ako je zbog odredaba stavka 1. osoba koja nije fizička osoba rezident obiju država ugovornica, tada se smatra rezidentom samo one države u kojoj se nalazi njezino mjesto stvarne uprave.

Članak 5.

Stalna poslovna jedinica

1. Za potrebe ove Konvencije, izraz „stalna poslovna jedinica“ označava stalno mjesto poslovanja putem kojega se poslovanje poduzeća obavlja u cijelosti ili djelomično.

2. Izraz „stalna poslovna jedinica“ uključuje posebno:

- a)* mjesto uprave;
- b)* podružnicu;
- c)* ured;
- d)* tvornicu;
- e)* radionicu, i
- f)* rudnik, naftni ili plinski izvor, kamenolom i bilo koje drugo mjesto crpljenja prirodnih bogatstava.

3. Gradilište ili građevinski ili instalacijski projekt čini stalnu poslovnu jedinicu samo ako traje dulje od dvanaest mjeseci.

4. Neovisno o prethodnim odredbama ovog članka, neće se smatrati da izraz „stalna poslovna jedinica“ uključuje:

a) korištenje objekata isključivo u svrhu uskladištenja, izlaganja ili isporuke dobara ili roba koji pripadaju poduzeću;

b) održavanje zaliha dobara ili roba koje pripadaju poduzeću isključivo u svrhu uskladištenja, izlaganja ili isporuke;

c) održavanje zaliha dobara ili roba koje pripadaju poduzeću isključivo u svrhu prerade koju obavlja drugo poduzeće;

d) održavanje stalnog mjesta poslovanja isključivo u svrhu kupnje dobara ili roba ili u svrhu prikupljanja podataka za poduzeće;

e) održavanje stalnog mjesta poslovanja isključivo u svrhu obavljanja za poduzeće bilo koje druge djelatnosti pripreme ili pomoćne naravi;

f) održavanje stalnog mjesta poslovanja isključivo zbog bilo koje kombinacije djelatnosti spomenutih u podstavcima od *a)* do *e)*, pod uvjetom da je ukupna djelatnost stalnog mjesta poslovanja koja je nastala iz te kombinacije pripreme ili pomoćne naravi.

5. Neovisno o odredbama stavaka 1. i 2., ako osoba — koja nije zastupnik sa samostalnim statusom na kojeg se primjenjuje stavak 6. — djeluje u ime poduzeća te ima ovlaštenje da u državi ugovornici sklapa ugovore u ime tog poduzeća i to tamo uobičajeno čini, smatra se da to poduzeće ima stalnu poslovnu jedinicu u toj državi u odnosu na sve aktivnosti koje ta osoba poduzme za poduzeće, osim ako su njezine aktivnosti ograničene na one navedene u stavku 4., koje ako bi se obavljale putem stalnog mjesta poslovanja, ne bi to stalno mjesto poslovanja činile stalnom poslovnom jedinicom prema odredbama tog stavka.

6. Ne smatra se da poduzeće ima stalnu poslovnu jedinicu u državi ugovornici samo zato što svoje poslovanje u toj državi obavlja putem posrednika, generalnog komisara ili drugog zastupnika sa samostalnim statusom, ako te osobe rade u okviru njihove redovite poslovne djelatnosti.

7. Činjenica da društvo koje je rezident države ugovornice kontrolira ili je kontrolirano od društva koje je rezident druge države ugovornice, ili koje obavlja svoju djelatnost u toj drugoj državi (putem stalne poslovne jedinice ili na drugi način), sama po sebi ne znači da se jedno društvo smatra stalnom poslovnom jedinicom drugog.

POGLAVLJE III.

Oporezivanje dohotka

Članak 6.

Dohodak od nekretnina

1. Dohodak koji rezident države ugovornice ostvari od nekretnina (uključujući dohodak od poljoprivrede ili šumarstva) smještenih u drugoj državi ugovornici može se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Izraz „nekretnina“ ima značenje koje ima prema pravu države ugovornice u kojoj se predmetna imovina nalazi. U taj su izraz u svakom slučaju uključeni i pripadci nekretnine, stoka i oprema koji se koriste u poljoprivredi i šumarstvu, prava na koja se primjenjuju odredbe općih propisa o zemljišnom vlasništvu, plodouživanje nekretnine te prava na isplate u promjenjivom ili utvrđenom iznosu kao naknade za iskorištavanje, ili pravo na iskorištavanje, rudnih nalazišta, izvora i drugih prirodnih bogatstava; brodovi i zrakoplovi ne smatraju se nekretninama.

3. Odredbe stavka 1. primjenjuju se na dohodak koji potječe od izravnog iskorištavanja, davanja u zakup ili najam te na svaki drugi način korištenja nekretnine.

4. Odredbe stavaka 1. i 3. primjenjuju se i na dohodak od nekretnina poduzeća i na dohodak od nekretnina koje se koriste za obavljanje samostalne djelatnosti.

5. Prethodne odredbe primjenjuju se i na dohodak od pokretnina, ili dohodak koji potječe od usluga povezanih s korištenjem ili pravom na korištenje nekretnina, pri čemu je svaki, prema poreznom pravu države ugovornice u kojoj se imovina nalazi, izjednačen sa dohotkom od nekretnina.

Članak 7.

Dobit od poslovanja

1. Dobit poduzeća države ugovornice oporezuje se samo u toj državi osim ako poduzeće posluje u drugoj državi ugovornici putem stalne poslovne jedinice koja se u njoj nalazi. Ako poduzeće posluje na taj način, dobit poduzeća može se oporezivati u drugoj državi, ali samo za onaj iznos dobiti koji se može pripisati toj stalnoj poslovnoj jedinici.

2. U skladu s odredbama stavka 3., ako poduzeće države ugovornice posluje u drugoj državi ugovornici putem stalne poslovne jedinice koja se u njoj nalazi, u svakoj državi ugovornici stalnoj poslovnoj jedinici biti će pripisana ona dobit koju bi mogla ostvariti kad bi bila zasebno i nezavisno poduzeće koje se bavi istim ili sličnim poslovanjem pod istim ili sličnim uvjetima te kad bi poslovala potpuno samostalno s poduzećem čija je stalna poslovna jedinica.

3. Pri utvrđivanju dobiti stalne poslovne jedinice, kao odbici se priznaju rashodi nastali za potrebe stalne poslovne jedinice, uključujući izvršne i opće administrativne rashode, bilo da su nastali u državi u kojoj se nalazi stalna poslovna jedinica ili drugdje.

4. Ako je u državi ugovornici uobičajeno utvrđivati dobit stalne poslovne jedinice na temelju raspodjele ukupne dobiti poduzeća na njene različite dijelove, ništa u stavku 2. ne sprječava tu državu ugovornicu da takvom uobičajenom raspodjelom odredi oporezivu dobit; prihvaćeni način raspodjele, međutim, mora biti takav da rezultat bude u skladu s načelima sadržanim u ovom članku.

5. Neće se smatrati da poslovna jedinica ostvaruje dobit samo zbog toga što kupuje dobra ili robu za poduzeće.

6. Za potrebe prethodnih stavaka, raspodjela dobiti stalnoj poslovnoj jedinici određuje se na isti način svake godine osim ako ne postoji opravdan i dostatan razlog da se postupi drukčije.

7. Ako dobit uključuje i dijelove dohotka koji su na poseban način uređeni u drugim člancima ove Konvencije, tada odredbe ovog članka ne utječu na odredbe tih članaka.

Članak 8.

Pomorski i zračni prijevoz

1. Dobit od korištenja brodova ili zrakoplova u međunarodnom prometu oporezuje se samo u državi ugovornici u kojoj se nalazi mjesto stvarne uprave poduzeća.

2. Ako je mjesto stvarne uprave poduzeća koje se bavi pomorskim prometom na brodu, smatra se da se nalazi u državi ugovornici u kojoj se nalazi matična luka broda, ili ako nema takve matične luke, u državi ugovornici čiji je brodar rezident.

3. Odredbe stavka 1. primjenjuju se i na dobit od udjela u nekom poslu, zajedničkom poslovanju ili u nekoj međunarodnoj poslovnoj agenciji.

4. Kada su se društva iz različitih zemalja sporazumjela obavljati zračni prijevoz zajednički u obliku poslovnog konzorcija ili u sličnom obliku udruženja, odredbe stavka 1. primjenjuju se samo na takav dio dobiti konzorcija ili udruženja koji odgovara vlasničkom udjelu društva koje je rezident države ugovornice u tom konzorciju ili udruženju.

Članak 9.

Povezana poduzeća

1. Ako

a) poduzeće države ugovornice sudjeluje izravno ili neizravno u upravi, nadzoru ili imovini poduzeća druge države ugovornice, ili

b) iste osobe sudjeluju izravno ili neizravno u upravi, nadzoru ili imovini poduzeća države ugovornice i poduzeća druge države ugovornice

i ako su u oba slučaja utvrđeni ili nametnuti uvjeti između ta dva poduzeća u njihovim trgovačkim i financijskim odnosima koji se razlikuju od onih koji bi postojali između samostalnih poduzeća, tada se bilo koja dobit koju bi ostvarilo jedno poduzeće kad takvi uvjeti ne bi postojali, ali zato što postoje nije ostvarena, može uključiti u dobit tog poduzeća i sukladno tome oporezivati.

2. Ako država ugovornica u dobit poduzeća te države uključi — i sukladno tomu oporezuje — dobit na koju je poduzeće druge države ugovornice već bilo oporezivano u toj drugoj državi, a takva dobit je ona koju bi poduzeće prvospomenute države ostvarilo da su uvjeti dogovoreni između ta dva poduzeća bili jednaki onima koje bi međusobno dogovorila samostalna poduzeća, tada ta druga država, ako se suglasi da je prilagodba koju je učinila prvospomenuta država opravdana u načelu i s obzirom na iznos, na odgovarajući način prilagođava iznos poreza koji je u njoj utvrđen na tu dobit. Pri utvrđivanju takve prilagodbe, trebaju se uzeti u obzir druge odredbe ove Konvencije te se, prema potrebi, nadležna tijela država ugovornica međusobno savjetuju.

Članak 10.

Dividende

1. Dividende koje društvo koje je rezident države ugovornice isplaćuje rezidentu druge države ugovornice mogu se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Međutim, takve dividende mogu se oporezivati i u državi ugovornici čiji je rezident društvo koje isplaćuje dividende te prema propisima te države, ali ako je stvarni korisnik dividendi rezident druge države ugovornice tako utvrđen porez ne smije biti veći od:

a) 5% bruto-iznosa dividendi ako je stvarni korisnik društvo (osim partnerstva) u čijem je izravnom vlasništvu najmanje 10% imovine društva koje isplaćuje dividende;

b) 10% bruto-iznosa dividendi u svim drugim slučajevima.

Nadležna tijela država ugovornica zajedničkim dogovorom utvrđuju način primjene ovih ograničenja.

Ovaj stavak ne utječe na oporezivanje dobiti društva iz koje se isplaćuju dividende.

3. Izraz „dividende“, kako se koristi u ovom članku, označava dohodak od dionica, „jouissance“ dionica ili „jouissance“ prava, kukseva, osnivačkih udjela ili drugih prava koja nisu potraživanje duga, sudjelovanje u dobiti, kao i dohodak od drugih prava u društvu koji podliježe istom načinu oporezivanja kao dohodak od dionica prema propisima države čiji je rezident društvo koje vrši raspodjelu. Izraz uključuje i raspodijeljenu dobit na temelju sporazuma o udjelu u dobiti.

4. Odredbe stavaka 1. i 2. ne primjenjuju se ako stvarni korisnik dividendi, koji je rezident države ugovornice, posluje u drugoj državi ugovornici čiji je rezident društvo koje isplaćuje dividende, putem stalne poslovne jedinice koja se nalazi u njoj, ili u toj drugoj državi obavlja samostalnu djelatnost iz stalnog sjedišta koje se u njoj nalazi, a pravo u vezi s kojim se dividende isplaćuju povezano je s takvom stalnom poslovnom jedinicom ili stalnim sjedištem. U tom se slučaju, prema potrebi, primjenjuju odredbe članka 7. ili članka 14.

5. Ako društvo koje je rezident države ugovornice ostvaruje dobit ili dohodak iz druge države ugovornice, ta druga država ne može nametnuti nikakav porez na dividende koje plaća to društvo, osim ako su te dividende isplaćene rezidentu te druge države ili ako je posjed dionica zbog kojih se dividende isplaćuju stvarno povezan sa stalnom poslovnom jedinicom ili sa stalnim sjedištem u toj drugoj državi, niti može oporezivati neraspodijeljenu dobit društva, pa čak ni onda ako se plaćene dividende ili neraspodijeljena dobit u cijelosti ili djelomično sastoje od dobiti ili dohotka nastalog u toj drugoj državi.

Članak 11.

Kamata

1. Kamata nastala u državi ugovornici i isplaćena rezidentu druge države ugovornice može se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Međutim, takva kamata može se oporezivati i u državi ugovornici u kojoj je nastala te prema propisima te države, ali ako je stvarni korisnik kamate rezident druge države ugovornice, tako razrezan porez ne smije biti veći od 10% bruto-iznosa kamate. Nadležna tijela država ugovornica zajedničkim dogovorom utvrđuju način primjene ovog ograničenja.

3. Izraz „kamata“, kako se koristi u ovom članku, označava prihod od potraživanja svake vrste, bez obzira jesu li ta potraživanja osigurana zalogom ili ne, i bez obzira nose li ili ne pravo sudjelovanja u dobiti dužnika, a posebno prihod od vladinih vrijednosnica ili prihod od obveznica ili zadužnica, uključujući premije i nagrade u vezi s tim vrijednosnicama, obveznicama i zadužnicama. Zatezne kamate zbog kašnjenja pri isplati ne smatraju se kamatom u smislu ovog članka.

4. Odredbe stavaka 1. i 2. ne primjenjuju se ako stvarni korisnik kamate, koji je rezident države ugovornice, posluje u drugoj državi ugovornici, u kojoj je ta kamata nastala, putem stalne poslovne jedinice koja se u njoj nalazi, ili u toj drugoj državi obavlja samostalnu djelatnost iz stalnog sjedišta koje se u njoj nalazi, a potraživanje na koje se plaća kamata stvarno je povezano s takvom stalnom poslovnom jedinicom ili stalnim sjedištem. U tom se slučaju, prema potrebi, primjenjuju odredbe članka 7. ili članka 14.

5. Smatra se da kamata nastaje u državi ugovornici kada je isplatelj rezident te države. Međutim, ako isplatelj kamate, bez obzira je li rezident države ugovornice ili nije, u državi ugovornici ima stalnu poslovnu jedinicu ili stalno sjedište u vezi s kojima je nastalo dugovanje na koje se kamata plaća, a takvu kamatu snosi stalna poslovna jedinica ili stalno sjedište, tada se smatra da kamata nastaje u državi u kojoj se nalazi stalna poslovna jedinica ili sjedište.

6. Ako je, zbog posebnog odnosa između isplatelja i stvarnog korisnika ili između njih oboje i neke druge osobe, iznos kamate, uzimajući u obzir potraživanje za koje se ona plaća, veći od iznosa koji bi bio ugovoren između isplatelja i stvarnog korisnika da nema takva odnosa, odredbe ovog članka primjenjuju se samo na zadnje spomenuti iznos. U takvu slučaju, višak plaćenog iznosa oporezuje se sukladno propisima svake države ugovornice, uzimajući u obzir druge odredbe ove Konvencije.

Članak 12.

Naknade za autorska prava

1. Naknade za autorska prava nastale u državi ugovornici i čiji je stvarni korisnik rezident druge države ugovornice mogu se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Međutim, takve naknade za autorska prava mogu se oporezivati i u državi ugovornici u kojoj su nastale te sukladno propisima te države, ali ako je stvarni korisnik naknada za autorska prava rezident druge države ugovornice, tako zaračunat porez ne smije biti veći od 10% bruto-iznosa naknada za autorska prava. Nadležna tijela država ugovornica zajedničkim dogovorom utvrđuju način primjene ovog ograničenja.

3. Izraz „naknade za autorska prava“, kako se koristi u ovom članku, označava plaćanja bilo koje vrste primljena kao naknade za korištenje, ili za pravo korištenja bilo kojeg autorskog prava na književno, umjetničko ili znanstveno djelo, uključujući i kinematografske filmove, svaki patent, zaštitni znak, nacrt ili model, plan, tajnu formulu ili postupak, ili za obavijesti o industrijskom, komercijalnom ili znanstvenom iskustvu.

4. Odredbe stavaka 1. i 2. ne primjenjuju se ako stvarni korisnik naknada za autorska prava, koji je rezident države ugovornice, posluje u drugoj državi ugovornici u kojoj nastaju naknade za autorska prava, putem stalne poslovne jedinice koja se u njoj nalazi, ili u toj drugoj državi obavlja samostalnu djelatnost iz stalnog sjedišta koje se u njoj nalazi, a prava ili imovina temeljem kojih su isplaćene naknade za autorska prava stvarno su povezani s takvom stalnom poslovnom jedinicom ili stalnim sjedištem. U tom se slučaju, prema potrebi, primjenjuju odredbe članka 7. ili članka 14.

5. Smatra se da naknade za autorska prava nastaju u državi ugovornici kada je isplatelj rezident te države ugovornice. Međutim, ako osoba koja isplaćuje naknade za autorska prava, bilo da je rezident države ugovornice ili nije, u državi ugovornici ima stalnu poslovnu jedinicu ili stalno sjedište u vezi s kojim je nastala obveza isplate naknade za autorska prava, a takve naknade za autorska prava snosi ta stalna poslovna jedinica ili stalno sjedište, tada se smatra da takve naknade za autorska prava nastaju u državi ugovornici u kojoj se nalazi stalna poslovna jedinica ili stalno sjedište.

6. Ako je, zbog posebnog odnosa između isplatelja i stvarnog korisnika ili između njih oboje i neke druge osobe, iznos naknada za autorska prava, uzimajući u obzir

korištenje, pravo ili podatke za koje su one plaćene, veći od iznosa koji bi bio ugovoren između isplatitelja i stvarnog korisnika da nema takva odnosa, odredbe ovog članka primjenjuju se samo na zadnje spomenuti iznos. U takvu slučaju, višak plaćenog iznosa oporeziv je prema propisima svake države ugovornice, uzimajući u obzir druge odredbe ove Konvencije.

Članak 13.

Dobit od otuđenja imovine

1. Dobit koju rezident države ugovornice ostvari od otuđenja nekretnina iz članka 6. i koje se nalaze u drugoj državi ugovornici može se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Dobit od otuđenja pokretnina koje čine dio poslovne imovine stalne poslovne jedinice koju poduzeće države ugovornice ima u drugoj državi ugovornici ili pokretnina koje pripadaju stalnom sjedištu koje stoji na raspolaganju rezidentu države ugovornice u drugoj državi ugovornici u svrhu obavljanja samostalne djelatnosti, uključujući dobit od otuđenja takve stalne poslovne jedinice (same ili zajedno s cijelim poduzećem) ili takvog stalnog sjedišta, može se oporezivati u toj drugoj državi.

3. Dobit od otuđenja brodova ili zrakoplova koji se koriste u međunarodnom prometu ili pokretnina što služe za korištenje brodova ili zrakoplova oporezuje se samo u državi ugovornici u kojoj se nalazi mjesto stvarne uprave poduzeća.

4. Dobit koju rezident države ugovornice ostvari od otuđenja udjela ili usporedive kamate koji više od 50 posto svoje vrijednosti ostvaruju izravno ili neizravno od nekretnina koje se nalaze u drugoj državi ugovornici, može se oporezivati u toj drugoj državi.

5. Dobit od otuđenja bilo koje imovine osim one iz stavka 1., 2., 3. i 4., oporezuje se samo u državi ugovornici čiji je otuđitelj rezident.

Članak 14.

Samostalna djelatnost

1. Dohodak koji ostvari rezident države ugovornice od profesionalnih djelatnosti ili drugih djelatnosti samostalnog karaktera oporezuje se samo u toj državi osim ako u drugoj državi ugovornici ima stalno sjedište koje mu redovito stoji na raspolaganju za obavljanje njegovih djelatnosti. Ako ima takvo stalno sjedište, dohodak se može oporezivati u drugoj državi, ali samo onaj njegov dio koji se može pripisati tom stalnom sjedištu.

2. Izraz „profesionalne djelatnosti“ uključuje osobito samostalne znanstvene, književne, umjetničke, obrazovne ili nastavne djelatnosti kao i samostalne djelatnosti liječnika, pravnika, inženjera, arhitekata, zubara i knjigovođa.

Članak 15.

Nesamostalni Rad

1. U skladu s odredbama članaka 16., 18., 19. i 20. plaće, nadnice i druga slična primanja koja rezident države ugovornice ostvari nesamostalnim radom oporezuju se samo u toj državi osim ako se nesamostalni rad obavlja u drugoj državi ugovornici. Ako se nesamostalni rad obavlja na taj način, takva primanja koja se pri tom ostvaruju mogu se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Neovisno o odredbama stavka 1., primanja koja rezident države ugovornice ostvaruje od nesamostalnog rada

obavljenog u drugoj državi ugovornici oporezuju se samo u prvospomenutoj državi ako:

a) primatelj boravi u drugoj državi u razdoblju ili razdobljima koja ukupno ne traju dulje od 183 dana u bilo kojem dvanaestomjesečnom razdoblju koje počinje ili završava u dotičnoj kalendarskoj godini, i

b) primanje isplati poslodavac koji nije rezident druge države ili se ono isplati u njegovo ime, i

c) primanje ne tereti stalnu poslovnu jedinicu ili stalno sjedište koje poslodavac ima u toj drugoj državi.

3. Neovisno o prethodnim odredbama ovog članka, primanja ostvarena od nesamostalnog rada na brodu ili zrakoplovu koji se koristi u međunarodnom prometu mogu se oporezivati u državi ugovornici u kojoj se nalazi sjedište stvarne uprave poduzeća.

Članak 16.

Naknade članova uprave

Naknade članova uprave i druga slična plaćanja koja ostvari rezident države ugovornice u svojstvu člana uprave ili nadzornog odbora ili nekog drugog sličnog tijela društva koje je rezident druge države ugovornice, mogu se oporezivati u toj drugoj državi.

Članak 17.

Umjetnici i sportaši

1. Neovisno o odredbama članaka 14. i 15., dohodak koji ostvari rezident države ugovornice kao izvođač, primjerice kao kazališni, filmski, radijski ili televizijski umjetnik, ili glazbenik, ili kao sportaš, od svoje osobne djelatnosti kao takve izvršene u drugoj državi ugovornici, može se oporezivati u toj drugoj državi.

2. Ako dohodak u pogledu osobne djelatnosti izvršen u svojstvu izvođača ili sportaša ne pripada izvođaču ili sportašu osobno već nekoj drugoj osobi, taj se dohodak, neovisno o odredbama članaka 7., 14. i 15., može oporezivati u državi ugovornici u kojoj izvođač ili sportaš izvrši svoju djelatnost.

3. Dohodak od djelatnosti koju je izvršio izvođač ili sportaš u državi ugovornici izuzima se od oporezivanja u toj državi, ako je posjet toj državi u potpunosti ili većinom financiran iz javnih fondova druge države ugovornice ili njezinih političkih ili administrativnih podjedinica ili lokalnih vlasti.

Članak 18.

Mirovine

Sukladno odredbama stavka 2. članka 19., mirovine i druga slična primanja isplaćena rezidentu države ugovornice s obzirom na njegov prijašnji nesamostalni rad oporezuju se samo u toj državi.

Članak 19.

Državna služba

1. a) Plaće, nadnice i druga slična primanja, koje država ugovornica ili njezina politička ili administrativna podjedinica ili lokalna vlast isplati fizičkoj osobi za usluge pružene toj državi ili podjedinici ili vlasti oporezuju se samo u toj državi.

b) Međutim, takve se plaće, nadnice i druga slična primanja oporezuju samo u drugoj državi ugovornici ako su usluge pružene u toj državi i fizička osoba je rezident te države koji:

- (i) je državljanin te države; ili
- (ii) nije postao rezident te države samo radi pružanja tih usluga.

2. a) Neovisno o odredbama stavka 1., mirovine i druga slična primanja koje fizičkoj osobi plaća država ugovornica ili njena politička ili administrativna podjedinica ili lokalna vlast, ili se isplaćuju iz njihovih sredstava za usluge pružene toj državi ili podjedinici ili vlasti, oporezuju se samo u toj državi.

b) Međutim, takve se mirovine i druga slična primanja oporezuju samo u drugoj državi ugovornici ako je fizička osoba rezident i državljanin te države.

3. Odredbe članka 15., 16., 17. i 18. primjenjuju se na plaće, nadnice, mirovine i druga slična primanja u pogledu usluga pruženih u vezi s poslovanjem države ugovornice ili njezine političke ili administrativne podjedinice ili lokalne vlasti.

Članak 20.

Profesori i istraživači

1. Osoba koja jest ili je bila rezident države ugovornice neposredno prije posjete drugoj državi ugovornici, isključivo u svrhu držanja predavanja ili znanstvenog istraživanja na sveučilištu, fakultetu, školi ili drugoj sličnoj obrazovnoj ili znanstveno istraživačkoj ustanovi koju vlada te druge države priznaje kao neprofitnu, ili u okviru programa kulturne razmjene, za razdoblje ne dulje od dvije godine od datuma njezinog prvog dolaska u tu drugu državu, izuzima se od oporezivanja u toj drugoj državi na svoja primanja od takvih predavanja ili istraživanja.

2. Nikakvo izuzeće prema stavku 1. ne odobrava se u odnosu na bilo koja primanja za istraživanje ako se takvo istraživanje ne vrši u javnom interesu nego za privatnu korist pojedine osobe ili osoba.

Članak 21.

Studenti

Plaćanja koja student ili vježbenik koji jest ili je neposredno prije posjeta državi ugovornici bio rezident druge države ugovornice i koji boravi u prvo spomenutoj državi isključivo u svrhu svojeg obrazovanja ili usavršavanja prima u svrhu svojeg uzdržavanja, obrazovanja ili usavršavanja ne oporezuju se u toj državi, pod uvjetom da takva plaćanja nastaju iz izvora izvan te države.

Članak 22.

Ostali dohodak

1. Dijelovi dohotka rezidenta države ugovornice, bez obzira gdje su nastali, koji nisu navedeni u prethodnim člancima ove Konvencije oporezuju se samo u toj državi.

2. Odredbe stavka 1. ne primjenjuju se na dohodak, osim na dohodak od nekretnina kako je određen u stavku 2. članka 6., ako primatelj takvoga dohotka, koji je rezident države ugovornice, posluje u drugoj državi ugovornici

putem stalne poslovne jedinice koja se u njoj nalazi, ili u toj drugoj državi obavlja samostalnu djelatnost iz stalnog sjedišta koje se u njoj nalazi, a pravo ili imovina na temelju kojih se dohodak isplaćuje stvarno su povezani s takvom stalnom poslovnom jedinicom ili stalnim sjedištem. U tom se slučaju, prema potrebi, primjenjuju odredbe članka 7. ili članka 14.

POGLAVLJE IV.

Izbjegavanje dvostrukog oporezivanja

Članak 23.

Izbjegavanje dvostrukog oporezivanja

1. Ako rezident države ugovornice ostvari dohodak koji se, u skladu s odredbama ove Konvencije, može oporezivati u drugoj državi ugovornici, prvo spomenuta država će dopustiti, kao odbitak od poreza na dohodak tog rezidenta, iznos koji je jednak porezu na dohodak plaćenom u toj drugoj državi. Takav odbitak, međutim, ne smije biti veći od onoga dijela poreza na dohodak, utvrđenog prije odbitka, koji se može pripisati dohotku koji može biti oporeziv u toj drugoj državi.

2. Ako se u skladu s bilo kojom odredbom ove Konvencije dohodak koji ostvari rezident države ugovornice izuzima od oporezivanja u toj državi, ta država svejedno može, pri obračunu iznosa poreza na preostali dohodak takvog rezidenta, uzeti u obzir izuzeti dohodak.

POGLAVLJE V.

Posebne odredbe

Članak 24.

Jednako postupanje

1. Državljanin države ugovornice u drugoj državi ugovornici neće biti podvrgnuti nikakvom oporezivanju ili s njim povezanim zahtjevima, koji su drukčiji ili predstavljaju veći teret od oporezivanja i s njim povezanim zahtjevima kojima podliježu ili mogu podlijezati državljani druge države u istim okolnostima, osobito vezano uz prebivalište. Ova se odredba primjenjuje, neovisno o odredbama članka 1., i na osobe koje nisu rezidenti jedne ili obju država ugovornica.

2. Osobe bez državljanstva koje su rezidenti države ugovornice neće ni u jednoj državi ugovornici biti podvrgnute nikakvom oporezivanju ili s njim povezanim zahtjevima ni u jednoj državi ugovornici, koji bi se razlikovali ili bi predstavljali veći teret od oporezivanja i s njim povezanim zahtjevima kojima podliježu ili mogu podlijezati državljani te države u istim okolnostima, osobito vezano uz prebivalište.

3. Stalna poslovna jedinica koju poduzeće države ugovornice ima u drugoj državi ugovornici ne smije biti u toj drugoj državi oporezivana pod manje povoljnim uvjetima od onih koji vrijede za poduzeća te druge države koja obavljaju iste djelatnosti. Ova se odredba neće tumačiti tako da obvezuje državu ugovornicu da odobri rezidentima druge države ugovornice bilo koje osobne odbitke, olakšice i umanjenja za svrhe oporezivanja na temelju građanskog

statusa ili obiteljskih obveza koje one odobravaju vlastitim rezidentima.

4. Osim kada se primjenjuju odredbe stavka 1. članka 9., stavka 6. članka 11. ili stavka 6. članka 12., kamata, naknade za autorska prava i druge isplate koje poduzeće države ugovornice isplaćuje rezidentu druge države ugovornice, u svrhu utvrđivanja oporezive dobiti takva poduzeća, odbijaju se pod istim uvjetima kao da su bile isplaćene rezidentu prvospomenute države.

5. Poduzeća države ugovornice, čija je imovina u cijelosti ili djelomično u vlasništvu ili pod izravnom ili neizravnom kontrolom jednog ili više rezidenata druge države ugovornice, u prvospomenutoj državi ne podliježu nikakvom oporezivanju ili s tim povezanim zahtjevima koji su drukčiji ili predstavljaju veći teret od oporezivanja i s njim povezanim zahtjevima kojima podliježu ili mogu podlijezati slična poduzeća prvospomenute države.

6. Odredbe ovog članka primjenjuju se, neovisno o odredbama članka 2., na poreze bilo koje vrste i opisa.

Članak 25.

Postupak zajedničkog dogovaranja

1. Ako osoba smatra da postupci jedne ili objiju država ugovornica kao posljedicu za nju imaju ili će imati oporezivanje koje nije u skladu s odredbama ove Konvencije, ona može, neovisno o pravnim lijekovima predviđenim unutarnjim pravom tih država, iznijeti svoj slučaj pred nadležno tijelo države ugovornice čiji je rezident ili, ako je njezin slučaj obuhvaćen stavkom 1. članka 24., pred tijelo države ugovornice čiji je državljanin. Slučaj se mora prijaviti u roku od tri godine od prve obavijesti o postupku koji je doveo do oporezivanja koje nije u skladu s odredbama Konvencije.

2. Nadležno tijelo nastoji, ako smatra da je prigovor opravdan i ako samo nije u mogućnosti doći do zadovoljavajućeg rješenja, riješiti slučaj zajedničkim dogovorom s nadležnim tijelom druge države ugovornice, radi izbjegavanja oporezivanja koje nije u skladu s ovom Konvencijom. Svaki postignuti dogovor provodi se neovisno o rokovima u unutarnjem pravu država ugovornica.

3. Nadležna tijela država ugovornica nastoje zajedničkim dogovorom riješiti sve teškoće ili dvojbe proizašle iz tumačenja ili primjene Konvencije.

4. Nadležna tijela država ugovornica mogu međusobno komunicirati izravno, kao i putem zajedničkog povjerenstva sastavljenog od njih samih ili njihovih predstavnika, u svrhu postizanja dogovora u smislu prethodnih stavaka.

Članak 26.

Razmjena obavijesti

1. Nadležna tijela država ugovornica razmjenjuju takve obavijesti koje su predvidivo bitne za provedbu odredaba ove Konvencije ili za provedbu ili izvršavanje unutarnjih propisa koji se odnose na poreze bilo koje vrste i opisa uvedene u ime država ugovornica, ili njihovih političkih ili administrativnih podjedinica ili lokalnih vlasti, u mjeri u kojoj oporezivanje prema tim propisima nije u suprotnosti s Konvencijom. Razmjena obavijesti nije ograničena člancima 1. i 2.

2. Svaka obavijest koju prema stavku 1. primi država ugovornica smatra se tajnom na isti način kao i obavijesti pribavljene prema unutarnjim propisima te države te se mogu priopćiti samo osobama ili tijelima (uključujući su-

dove i upravna tijela) koja se bave razrezom ili prikupljanjem poreza, ovrhom ili progonom, odlučivanjem o pravnim lijekovima koji se odnose na poreze iz stavka 1., ili nadzorom gore spomenutog. Te osobe ili tijela koriste obavijesti samo u navedene svrhe. Oni mogu otkrivati obavijesti u javnom sudskom postupku ili u sudskim odlukama.

3. Odredbe stavaka 1. i 2. ne mogu se ni u kojem slučaju tumačiti tako da državi ugovornici nameću obvezu da:

a) poduzima upravne mjere suprotne propisima ili upravnoj praksi te ili druge države ugovornice;

b) daje obavijesti koje se ne mogu dobiti u skladu s propisima ili u uobičajenom postupanju uprave te ili druge države ugovornice;

c) daje obavijesti čije bi otkrivanje povrijedilo obvezu čuvanja trgovačke, poslovne, industrijske, komercijalne ili profesionalne tajne ili trgovačkih postupaka, ili obavijesti čije bi otkrivanje bilo protivno javnom poretku (*ordre public*).

4. Ako država ugovornica zatraži obavijesti u skladu s ovim člankom, druga država ugovornica koristi svoje mjere za prikupljanje obavijesti kako bi pribavila tražene obavijesti, iako ta druga država možda ne treba takve obavijesti za svoje vlastite porezne svrhe. Obveza sadržana u prethodnoj rečenici podliježe ograničenjima iz stavka 3., ali ni u kojem slučaju se takva ograničenja neće tumačiti na način kojim bi se državi ugovornici dalo pravo odbiti davanje obavijesti isključivo iz razloga nepostojanja domaćeg zanimanja za takvom obavijesti.

5. Ni u kojem slučaju se odredbe stavka 3. neće tumačiti na način kojim bi se državi ugovornici omogućavalo da odbije dati obavijesti samo iz razloga što tražene obavijesti drži banka, druga financijska institucija, imenovani zastupnik ili osoba koja djeluje kao posrednik ili u fiducijarnom svojstvu ili zato što se odnose na vlasničke udjele u osobi.

Članak 27.

Članovi diplomatskih misija i konzularnih ureda

Ništa u ovoj Konvenciji ne utječe na porezne povlastice članova diplomatskih misija ili konzularnih ureda prema općim pravilima međunarodnog prava ili prema odredbama posebnih ugovora.

POGLAVLJE VI.

Završne odredbe

Članak 28.

Stupanje na snagu

1. Ova Konvencija stupa na snagu tridesetog dana nakon primitka posljednje obavijesti, pisano i diplomatskim putem, kojom se priopćuje da su okončani svi unutarnji postupci objiju država ugovornica potrebni u tu svrhu.

2. Odredbe ove Konvencije proizvode učinak:

a) u Portugalu:

(i) u odnosu na poreze zadržane na izvoru, činjenica koja dovodi do njih pojavljuje se na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu u kojoj ova Konvencija stupa na snagu;

(ii) u odnosu na ostale poreze, kao i na dohodak nastao u bilo kojoj poreznoj godini koja počinje na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu u kojoj ova Konvencija stupa na snagu.

b) u Hrvatskoj:

(i) u odnosu na poreze zadržane na izvoru, na dohodak stečen na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu u kojoj ova Konvencija stupa na snagu;

(ii) u odnosu na ostale poreze na dohodak, na poreze naplative za bilo koju poreznu godinu koja počinje na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu u kojoj ova Konvencija stupa na snagu;

Članak 29.

Trajanje i prestanak

1. Ova Konvencija ostaje na snazi na neodređeno vrijeme.

2. Nakon isteka razdoblja od pet godina od datuma njezinog stupanja na snagu, svaka država ugovornica može okončati ovu Konvenciju. O okončanju se obavješuje pisano i diplomatskim putem, prije tridesetog dana lipnja kalendarske godine.

3. U slučaju okončanja, ova Konvencija prestaje proizvoditi učinak:

a) u Portugalu:

(i) u odnosu na poreze zadržane na izvoru, činjenica koja dovodi do njih pojavljuje se na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu navedenu u spomenutoj obavijesti o okončanju;

(ii) u odnosu na ostale poreze, kao i na dohodak nastao u poreznoj godini koja počinje na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu navedenu u spomenutoj obavijesti o okončanju.

b) u Hrvatskoj:

(i) u odnosu na poreze zadržane na izvoru, na dohodak stečen na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu navedenu u spomenutoj obavijesti o okončanju;

(ii) u odnosu na ostale poreze na dohodak, poreze naplative za bilo koju poreznu godinu koja počinje na ili nakon prvog dana siječnja kalendarske godine koja slijedi onu navedenu u spomenutoj obavijesti o okončanju.

U potvrdu toga niže potpisani, za to propisno ovlašteni, potpisali su ovu Konvenciju.

Sastavljeno u _____, dana _____, u dva izvornika, na portugalskom, hrvatskom i engleskom jeziku, pri čemu su svi tekstovi jednako vjerodostojni. U slučaju razlika u tumačenju, mjerodavan je engleski tekst.

Za Portugalsku Republiku:

Bruno Maçães, državni tajnik za europske poslove.

Za Republiku Hrvatsku:

Joško Klisović, zamjenik ministrice vanjskih i europskih poslova.

PROTOKOL UZ KONVENCIJU IZMEĐU PORTUGALSKO REPUBLIKE I REPUBLIKE HRVATSKE O IZBJEGAVANJU DVOSTRUKOG OPOREZIVANJA I SPRJEČAVANJU IZBJEGAVANJA PLAĆANJA POREZA NA DOHODAK.

Prilikom potpisivanja Konvencije između Portugalske Republike i Republike Hrvatske o izbjegavanju dvostrukog oporezivanja i sprječavanju izbjegavanja plaćanja poreza na dohodak potpisnici su se suglasili da će sljedeće odredbe činiti sastavni dio Konvencije:

1. Ad članak 18.

Neovisno o odredbama članka 18. Konvencije, mirovine i druga slična primanja isplaćena rezidentu države ugovornice s obzirom na njegov prijašnji nesamostalni rad mogu se oporezivati u državi ugovornici u kojoj nastaju, ako i u mjeri u kojoj nisu oporezovane u prvospomenutoj državi.

2. Ad članak 26.

Države ugovornice dostavljaju i obrađuju osobne podatke prema ovoj Konvenciji u skladu s primjenjivim međunarodnim i unutarnjim pravom, kao i s Konvencijom Vijeća Europe za zaštitu osoba glede automatizirane obrade osobnih podataka, te Dodatnim protokolom uz Konvenciju 108. u vezi nadzornih tijela i međunarodne razmjene podataka.

3. Pravo na pogodnosti predviđene u Konvenciji

Podrazumijeva se da se odredbe Konvencije neće tumačiti na način da sprječavaju državu ugovornicu da primjeni odredbe za sprječavanje izbjegavanja plaćanja poreza predviđene njezinim unutarnjim pravom.

U potvrdu toga niže potpisani, za to propisno ovlašteni, potpisali su ovaj Protokol.

Sastavljeno u _____, dana _____, u dva izvornika, na portugalskom, hrvatskom i engleskom jeziku, pri čemu su svi tekstovi jednako vjerodostojni. U slučaju razlika u tumačenju, mjerodavan je engleski tekst.

Za Portugalsku Republiku:

Bruno Maçães, državni tajnik za europske poslove.

Za Republiku Hrvatsku:

Joško Klisović, zamjenik ministrice vanjskih i europskih poslova.

CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF CROATIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Portuguese Republic and the Republic of Croatia, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

CHAPTER I

Scope of the Convention

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or of its local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income, or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which this Convention shall apply are in particular:

a) in Portugal:

i) the personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);

ii) the corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); and

iii) the surtaxes on corporate income tax (derramas);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»).

b) in Croatia:

i) the profit tax;

ii) the income tax;

iii) the local income tax and any other surcharge levied on one of these taxes;

(hereinafter referred to as «Croatian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes that are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any significant changes that have been made in their taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

a) the term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagos of Azores and Madeira, including the territorial sea and inland waters thereof as well as the continental shelf and any other area wherein the Portuguese state exercises sovereign rights or jurisdiction in accordance with the rules of international law;

b) the term «Croatia» means the territory of the Republic of Croatia as well as those maritime areas adjacent to the outer limit of territorial sea, including seabed and sub-soil thereof, over which the Republic of Croatia in accordance with international law and the laws of the Republic of Croatia exercises its sovereign rights and jurisdiction;

c) the terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean, as the context requires, Croatia or Portugal;

d) the term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;

e) the term «company» means any body corporate or any entity that is treated as a body corporate for tax purposes;

f) the terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

g) the term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise that has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;

h) the term «competent authority» means:

(i) in Portugal: the Minister of Finance, the Director General of the Tax and Customs Authority or their authorized representative;

(ii) in Croatia, the Minister of Finance or his authorized representative,

i) the term «national», in relation to a Contracting State, means:

(i) any individual possessing the nationality of that Contracting State; and

(ii) any legal person, partnership or association deriving its status as such from the laws in force in that Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning that it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature, and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term, however, does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

a) he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);

b) if the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;

c) if he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;

d) if he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) a place of management;
- b) a branch;
- c) an office;
- d) a factory;
- e) a workshop, and
- f) a mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site or construction or installation project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than twelve months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

a) the use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;

d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;

e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;

f) the maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in sub-paragraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any

activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III

Taxation of income

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

5 — The foregoing provisions shall also apply to income from movable property, or income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property, either of which, under the taxation law of the Contracting State in which the property is situated, is assimilated to income from immovable property.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise

may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Shipping and air transport

1 — Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2 — If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

4 — Whenever companies from different countries have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium or a similar form of association, the provisions of paragraph 1 shall apply to such part of the profits of the consortium or association as corresponds to the participation held in that consortium or association by a company that is a resident of a Contracting State.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

a) an enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or

b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State, if it agrees that the adjustment made by the first-mentioned State is justified both in principle and as regards the amount, shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State the tax so charged shall not exceed:

a) 5% of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company (other than a partnership) which holds directly at least 10% of the capital of the company paying the dividends;

b) 10% of the gross amount of the dividends in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, «jouissance» shares or «jouissance» rights, mining shares, founder's shares or other rights, not

being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident. The term also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of the interest. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and beneficially owned by a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of the royalties. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties» as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematographic films, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that Contracting State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by such permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment or the fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

4 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of shares or a comparable interest deriving more than 50 per cent of their value directly or indirectly from immovable property situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

5 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2, 3 and 4, shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19 and 20, salaries, wages and other similar remuneration deri-

ved by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and

b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and

c) the remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16

Directors' fees

Directors' fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or supervisory board or of another similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — Income derived by an entertainer or a sportsman from activities exercised in a Contracting State shall be exempt from tax in that State, if the visit to that State is supported wholly or mainly by public funds of the other Contracting State or its political or administrative subdivisions or a local authority thereof.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — *a)* Salaries, wages and other similar remuneration, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i)* is a national of that State; or
- ii)* did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a)* Notwithstanding the provisions of paragraph 1, pensions and other similar remuneration paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pensions and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages, pensions, and other similar remuneration in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Professors and researchers

1 — An individual who is or was a resident of a Contracting State immediately before visiting the other Contracting State, solely for the purpose of teaching or scientific research at an university, college, school, or other similar educational or scientific research institution which is recognized as non-profitable by the Government of that other State, or under an official programme of cultural exchange, for a period not exceeding two years from the date of his first arrival in that other State, shall be exempt from tax in that other State on his remuneration for such teaching or research.

2 — No exemption shall be granted under paragraph 1 with respect to any remuneration for research if such research is undertaken not in public interest but for private benefit of a specific person or persons.

Article 21

Students

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

CHAPTER IV

Elimination of double taxation

Article 23

Elimination of double taxation

1 — Where a resident of a Contracting State derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the other Contracting State, the first-mentioned State shall allow, as a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid in that other State. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in that other State.

2 — Where in accordance with any provision of this Convention income derived by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

CHAPTER V

Special provisions

Article 24

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — Stateless persons who are residents of a Contracting State shall not be subjected in either Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of the State

concerned in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected.

3 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 6 of article 11, or paragraph 6 of article 12, apply, interest, zies and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

5 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

6 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 25

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is foreseeably relevant for carrying out the provisions of this Convention or to the administration or enforcement of the domestic laws concerning taxes of every kind and description imposed on behalf of the Contracting States, or of their political or administrative subdivisions or local authorities, insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by articles 1 and 2.

2 — Any information received under paragraph 1 by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, the determination of appeals in relation to the taxes referred to in paragraph 1, or the oversight of the above. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

3 — In no case shall the provisions of paragraphs 1 and 2 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

a) to carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;

b) to supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;

c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information the disclosure of which would be contrary to public policy (*ordre public*).

4 — If information is requested by a Contracting State in accordance with this article, the other Contracting State shall use its information gathering measures to obtain the requested information, even though that other State may not need such information for its own tax purposes. The obligation contained in the preceding sentence is subject to the limitations of paragraph 3 but in no case shall such limitations be construed to permit a Contracting State to decline to supply information solely because it has no domestic interest in such information.

5 — In no case shall the provisions of paragraph 3 be construed to permit a Contracting State to decline to supply information solely because the information is held by a bank, other financial institution, nominee or person acting in an agency or a fiduciary capacity or because it relates to ownership interests in a person.

Article 27

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

CHAPTER VI

Final provisions

Article 28

Entry into force

1 — This Convention shall enter into force on the thirtieth day following the receipt of the last notification, in writing and through diplomatic channels, stating that all the domestic procedures of both Contracting States necessary to that effect have been fulfilled.

2 — The provisions of this Convention shall have effect:

a) in Portugal:

i) in respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the calendar year next following that in which this Convention enters into force;

ii) in respect of other taxes, as to income arising in any fiscal year beginning on or after the first day of January of the calendar year next following that in which this Convention enters into force;

b) in Croatia:

i) in respect of taxes withheld at source, to income derived on or after the first day of January in the calendar year next following that in which this Convention enters into force;

ii) in respect of other taxes on income, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after the first day of January in the calendar year next following that in which this Convention enters into force.

Article 29

Duration and termination

1 — This Convention shall remain in force for an indefinite period of time.

2 — After the expiration of a period of five years from the date of its entry into force, either Contracting State may terminate this Convention. The termination shall be notified in writing and through diplomatic channels, before the thirtieth day of June of a calendar year.

3 — In the event of termination, this Convention shall cease to have effect:

a) in Portugal:

i) in respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the calendar year next following that specified in the said notice of termination;

ii) in respect of other taxes, as to income arising in any fiscal year beginning on or after the first day of January of the calendar year next following that specified in the said notice of termination;

b) in Croatia:

i) in respect of taxes withheld at source, to income derived on or after the first day of January in the calendar year next following that specified in the said notice of termination;

ii) in respect of other taxes on income, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after the first

day of January in the calendar year next following that specified in the said notice of termination.

In witness whereof the undersigned, duly authorised thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate in Dubrovnik this 4th day of October 2013, in two originals, in the Croatian, Portuguese and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

Bruno Maçães, Secretary of State of European Affairs.

For the Republic of Croatia:

Joško Klisović, Deputy Minister of Foreign and European Affairs.

PROTOCOL TO THE CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF CROATIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

On signing the Convention between the Portuguese Republic and the Republic of Croatia for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with Respect to Taxes on Income the signatories have agreed that the following provisions shall form an integral part of the Convention:

1 — *Ad article 18*

Notwithstanding the provisions of article 18 of the Convention, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment may also be taxed in the Contracting State from which it is derived, if and insofar they are not taxed in the first-mentioned State.

2 — *Ad article 26*

The Contracting States shall transmit and process personal data pursuant to the present Convention in accordance with the applicable international and internal law, as well as with the Convention of the Council of Europe for the Protection of Individuals with regard to Automatic processing of personal data, and Additional Protocol to the Convention 108 regarding supervisory authorities and transborder data flows.

3 — Entitlement to the benefits foreseen in the Convention

It is understood that the provisions of the Convention shall not be interpreted so as to prevent the application by a Contracting State of the anti-avoidance provisions provided for in its domestic law.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol.

Done in duplicate in Dubrovnik this 4th day of October 2013, in two originals, in the Croatian, Portuguese and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

Bruno Maçães, Secretary of State of European Affairs.

For the Republic of Croatia:

Joško Klisović, Deputy Minister of Foreign and European Affairs.